internacional é de pequena elevação nos preços, a defasagem tenderá a favorecer ainda mais os tipos brasileiros. Mesmo que estas importações já não mais atendam aos objetivos que conduziram à sua solicitação, é provável que as indústrias que as pleitearam não peçam a suspensão das compras no exterior. Ainda que tais importações não venham a se concretizar, interessa, ao menos, mantê-las como um espectro, como forma de provocar a redução das cotações no mercado interno. Sendo assim, não causará surpresa se os preços do produto beneficiado chegarem bem próximo do nível mínimo fixado pelo governo (Cr$ 1.429,00/@ para o tipo 6, tipo médio da safra).

É com base neste quadro e no atraso da liberação dos EGFs, que as compras dos algodões *in natura* pelas usinas de beneficiamento, nas zonas em que a colheita está mais adiantada, vêm-se processando com grande morosidade. Em janeiro, a previsão dos preços de comercialização do algodão em caroço girava em torno de Cr$ 800,00/@ e já há negócios sendo feitos à base de Cr$ 600,00/@ , enquanto o preço mínimo fixado é de Cr$ 475,20/@.

Este nível de preços (Cr$ 600,00/@ ) ainda que se situe 128,6% acima, em termos nominais, do preço médio comercializado na safra passada, está oferecendo um retorno líquido menor, em virtude da elevação, em 140,0%, dos custos de produção.

## ARROZ

### Estoques elevados compensarão as perdas da estiagem

A disseminação da orizicultura ao longo do território brasileiro fundamenta-se na possibilidade de cultivo do cereal sob diferentes condições de produção. Segundo o Programa Nacional de Pesquisa de Arroz, da Embrapa, além dos dois principais sistemas de produção, com emprego de irrigação e em condições de sequeiro, devem ser considerados os sistemas de irrigação não controlada e de saturação natural do solo (ambos em várzeas).

Aos dois primeiros, em conjunto, couberam, em 1979, 89,4% e 86,2% da área e da produção de arroz, respectivamente, no país. O sistema de sequeiro, sozinho, foi responsável por 77,4% da área e por 58,6% da produção. Correntemente, porém, agregam-se aos números deste sistema a área ocupada pelas lavouras que não possuem irrigação controlada e, sim, eventual. Deste modo, o arroz de sequeiro passa a responder por quase 90% da área plantada da orizicultura, no Brasil.

Na atual safra, cuja colheita está-se iniciando em algumas regiões, o arroz de sequeiro ainda não apresentou problemas, na quase totalidade das áreas produtoras. Da vulnerabilidade destas lavouras depende o volume final da safra e são elas que conferem ao arroz um incômodo segundo lugar, em termos de risco, entre as culturas temporárias, de acordo com dados do Banco Central (a primeira é o trigo).

Um incipiente veranico* em Goiás (onde este fenômeno não ocorria há, pelo menos, três safras) e em Minas Gerais e a localização de focos de brusone no Maranhão são, até o momento, as únicas irregularidades detectadas na safra. No entanto, como estes três estados, em conjunto, respondem por 39% do volume estimado para a colheita, a evolução, ou a seqüela, dessas ocorrências poderá refletir negativamente na produção.

O Quadro 1 apresenta as parcelas que cada região brasileira ocupou no total da produção e da área plantada, na safra 1979/80, e a maneira como se distribuiu o cultivo, pelos principais sistemas de produção.

A vigência de condições climáticas satisfatórias, até a colheita, propiciará a obtenção de bons índices de produtividade em todo o país. Assim, mesmo não havendo, ainda, dados definitivos sobre a real evolução da área cultivada nesta safra (ao que parece, teria havido um pequeno incremento — ver Agroanalysis, vol. 5, nº 1) parecia razoável supor, até recentemente, que o volume obtido na safra passada seria ultrapassado, ainda que ligeiramente. Isto não mais deverá ocorrer, visto que as estimativas para a atual safra atribuíam-

* O veranico é responsável por mais de 80% dos pedidos de PROAGRO, pelos orizicultores.

lhe um volume apenas 0,12% superior ao da safra 1979/80.

No entanto, mesmo considerando a quebra nas regiões afetadas pela estiagem, a nova safra ainda terá condições de apresentar um resultado que, associado aos estoques do produto, propiciará uma oferta do cereal maior do que a do ano passado.

Mais uma vez, os maiores aumentos na extensão das áreas cultivadas com o cereal verificaram-se em regiões "novas" para a agricultura (Rondônia e Maranhão, por exemplo, tiveram acréscimos de 10% na área cultivada). As taxas de crescimento do cereal nestas áreas são representativas do processo de desmatamento e/ou de pecuarização lá em andamento. Através do Quadro 2, pode-se observar a rapidez com que o arroz avança em terras de fronteira agrícola e sua placidez (Rio Grande do Sul, Minas Gerais) ou, mesmo, recuo (São Paulo) em áreas tradicionais.

Evidentemente, os motivos para estes comportamentos foram diferentes, em cada região. No entanto, podem ser identificados com facilidade, em linhas gerais. Assim, atuando contra a expansão da orizicultura aparece a maior rentabilidade do milho e da soja no Sudeste, no Paraná, sul de Goiás e Mato Grosso do Sul; a favor, operam a adequação da cultura ao processo de desbravamento e de formação de pastagens, no Mato Grosso, norte de Goiás e Maranhão e a onerosa convertibilidade dos fatores de produção, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que favorece a inércia da cultura na região.

A safra 1980/81 não repetiu o espetacular incremento no plantio verificado na temporada passada (+16%), o que se deveu à escassa atratividade que o cultivo do cereal apresentou aos produtores. No Rio Grande do Sul, por exemplo, região em que as altas

**QUADRO 1**

*ARROZ EM CASCA – BRASIL: Participação das Regiões na Produção e na Área Plantada Totais e Participação dos Sistemas de Produção na Área Plantada, por Região (%)*

| Região | Área Plantada | Produção | Sistema de Produção | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Irrigado | Sequeiro | Várzea Úmida |
| Norte/Nordeste | 24 | 20 | – | 100,0 | – |
| Centro-Oeste | 41 | 30 | 0,5 | 99,5 | – |
| Sudeste | 16 | 14 | 9,6* | 83,0 | 7,4* |
| Sul | 19 | 34 | 59,0 | 41,0 | – |

* apenas Minas Gerais e São Paulo.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: FIBGE, CFP, Embrapa.

produtividades obtidas pelos orizicultores representam sempre um estímulo ao plantio (além da existência de uma sólida infra-estrutura) as primeiras intenções de plantio apontavam para uma ampliação de até 3% na área semeada. Com o passar do tempo, as expectativas se acomodaram e, atualmente, enquanto o Instituto Rio-Grandense do Arroz admite uma expansão de 1% no cultivo do produto, a Comissão de Financiamento da Produção vem optando por um intervalo entre a redução de 2% na área plantada e a simples repetição do plantio da safra 1979/80.

O volume colhido na safra passada foi, aliás, responsável pela calmaria reinante no mercado orizícola, em 1980. Isto permitiu que, após sucessivas adoções do tabelamento, em anos anteriores, o governo federal se limitasse a alterar os mecanismos de comercialização, no início do ano comercial. Naquela ocasião, os preços do cereal, no atacado, pareciam elevar-se em demasia, num momento em que ingressava no mercado uma safra recorde.

Os Quadros 3 e 4 mostram como evoluíram, em termos nominais e reais, os preços recebidos pelos orizicultores, nos principais estados produtores, desde a entrada da safra, até o início do plantio, na maior parte das zonas de produção.

Também os instrumentos de política agrícola não foram favoráveis ao arroz e, sem dúvida, influenciaram a formação das intenções de plantio dos produtores. De fato, entre as lavouras de verão, o arroz foi o menos aquinhoado, no que se refere ao reajustamento dos Valores Básicos de Custeio. Além do mais, embora os VBCs estabelecidos para as faixas de produtividade do arroz irrigado tenham sido reajustados, em termos reais, acima da inflação (mesmo assim sem agradar aos orizicultores) os VBCs para o arroz de sequeiro apresentaram recuos reais de 14,1%, na faixa entre 1.001 e 1.600 kg/ha, e de 10,4%, na faixa acima de 1.601 kg/ha. No entanto, o caráter rústico desta exploração não permitiu que os VBCs se transformassem em obstáculo ao plantio.

No Rio Grande do Sul, porém, o VBC estipulado para a maior parte dos produtores foi de Cr$ 25.800,00 e, embora se situasse apenas 8,6% abaixo do calculado pelo IRGA (Cr$ 28.032,03) correspondia tão somente a 80% de financiamento, nas lavouras de maior extensão.

**QUADRO 2**

*ARROZ EM CASCA: Estados Selecionados — Taxas de Crescimento Anual da Área Colhida e da Produção 1955/73 — (%)*

| Estado | Área Colhida | Produção |
|---|---|---|
| Rondônia | 35,70 | 36,73 |
| Mato Grosso | 9,94 | 10,40 |
| Amazonas | 8,18 | 8,81 |
| Goiás | 7,79 | 5,09 |
| Maranhão | 6,49 | 6,51 |
| Santa Catarina | 4,44 | 4,06 |
| Rio Grande do Sul | 2,28 | 4,26 |
| Minas Gerais | 2,02 | 0,51 |
| São Paulo | -0,73 | -1,89 |

FONTE: Evolução Recente das Culturas de Arroz e Feijão no Brasil — O. Queda, A. Kageyama, J. F. G. da Silva, BINAGRI, 1979.

Quanto ao preço mínimo, seu reajuste, de 125%, parece ter sido efetuado com a intenção de compensar os baixos Valores Básicos de Custeio. Na ocasião de sua divulgação, os preços de mercado, em nível de produtor, oscilavam entre Cr$ 500,00 e Cr$ 600,00, por saca de 50 quilogramas e o preço mínimo foi fixado em Cr$ 720,00/50 kg. A persistência de elevadas taxas de inflação indicava que o preço mínimo estaria corroído, quando chegasse a época de sua utilização, que se está iniciando.

Atualmente, os preços pagos aos orizicultores pela saca de 60 kg estão em torno de Cr$ 750,00 e, em algumas localidades, no Centro-Oeste, mal superam Cr$ 400,00. Tal configuração, porém, deve-se à grande oferta do produto e ao escoamento deficiente da produção de algumas regiões.

Embora, aparentemente, o preço mínimo possa ser uma alternativa para a colocação do produto, os preços de mercado deverão elevar-se, dando ao produtor outras opções. Com efeito, o custo de produção da atual safra, em relação à precedente, esteve acima da inflação e o deslocamento do cultivo do cereal para áreas mais distantes dos centros de consumo implicou maiores custos de transporte, estes também em rápida ascensão. Estes fatores obrigarão o produtor a procurar a melhor remuneração possível. Avaliações preliminares, feitas nas áreas de produção, sugerem que o "preço justo" seria, atualmente, pelo menos 50% superior ao atual preço mínimo de garantia. Contudo, esta cotação poderá não ser alcançada, caso o elevado volume esperado para a safra se confirme. Isto acontecendo, não ocorrerão altas significativas nas cotações do produto, nos próximos meses.

O Quadro 5 apresenta as estimativas de oferta e demanda do cereal em 1979/80 e 1980/81. Os números esperados para esta última

**QUADRO 3**

*ARROZ EM CASCA: Principais Estados Produtores — Evolução Nominal dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores (março de 1980 = 100)*

| | abr | mai | jun | jul | ago | set | out |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rio Grande do Sul | 103 | 106 | 108 | 113 | 122 | 137 | 146 |
| Maranhão | 95 | 109 | 115 | 119 | 120 | 132 | 154 |
| Goiás | 96 | 110 | 116 | 118 | 122 | 124 | 127 |
| Mato Grosso | 92 | 106 | 114 | 119 | 123 | 124 | 128 |
| Minas Gerais | 88 | 96 | 99 | 106 | 112 | 114 | 119 |
| Paraná | 100 | 104 | 107 | 114 | 122 | 132 | 142 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: SIBRATER.

safra poderão ser atingidos, se a estiagem nos arrozais goianos e mineiros não afetar demasiadamente o resultado da colheita, naquelas regiões. Mesmo se isto se verificar e, apesar de o consumo estimado para 1981 superar ligeiramente o volume esperado para a safra (9,66 milhões de t de arroz em casca, contra 9,65 milhões de t a serem colhidas) os estoques existentes no mercado e em poder do governo são capazes de impedir elevações "indesejáveis" dos preços do produto.

Sendo assim, a maciça contratação de EGFs esperada já para fins de fevereiro, poderá transformar-se, logo, na realização de AGFs, uma vez que a posição dos estoques, a abundância da safra e os altos juros dos créditos de comercialização não recomendarão esperar pela recuperação do mercado.

A Comissão de Financiamento da Produção, por seu turno, iniciará, no começo de março, aquisições do produto em regiões de fronteira agrícola, através dos Postos Volantes de Compra, com vistas ao aumento da participação governamental nos estoques de arroz. Pretende, com isto, que o Estado passe das 165 mil t de arroz em casca (exceto o arroz importado), sua parcela do superávit de 1,258 milhão de t da safra 1979/80, para uma parcela mais significativa, que configure, de fato, um estoque de segurança.

Ao que tudo indica, 1981 dispensará, como 1980, o recurso ao tabelamento. Dificilmente, os consumidores serão onerados com maiores gastos com arroz. Resta saber como se comportarão os produtores, no próximo plantio.

**QUADRO 4**

*ARROZ EM CASCA: Principais Estados Produtores — Evolução Real dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores *(março de 1980 = 100)*

| | abr | mai | jun | jul | ago | set | out |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rio Grande do Sul | 97 | 94 | 91 | 88 | 88 | 94 | 93 |
| Maranhão | 90 | 97 | 97 | 93 | 87 | 91 | 99 |
| Goiás | 90 | 98 | 97 | 92 | 88 | 85 | 81 |
| Mato Grosso | 87 | 94 | 95 | 92 | 89 | 85 | 82 |
| Minas Gerais | 65 | 66 | 64 | 64 | 63 | 61 | 59 |
| Páraná | 95 | 92 | 90 | 88 | 89 | 91 | 91 |

* valores correspondentes a dezembro de 1980, col. 2, Conjuntura Econômica.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: SIBRATER.